<https://doi.org/10.4322/978-65-86819-10-6.a02>

Geografia dos Espaços Alternativos, outras possibilidades, novas esperanças

Daniel de Albuquerque Ribeiro^a

^a Programa de Pós Graduação em Geografia (PPG UFF Campos), Universidade Federal Fluminense (UFF), Campos dos Goytacazes (RJ), Brasil. E-mail: danalbrb@gmail.com

INTRODUÇÃO

*Um mapa do mundo que não inclua utopia
não merece nem mesmo uma espiada.*
Oscar Wilde

Em novembro de 2019, propôs-se ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense de Campos dos Goytacazes (UFF-Campos) a oferta de uma disciplina para o Mestrado em Geografia, intitulada “Geografia dos Espaços Alternativos, outras possibilidades, novas esperanças”.

O objetivo central consistia em estudar algumas obras clássicas que trazem propostas de alternativas para a estrutura perversa do sistema hegemônico. A partir disso, buscou-se traçar reflexões com o atual estágio da civilização humana. No entanto, um objetivo secundário foi o principal norteador da construção das aulas: causar um choque de consciência em todos que cursassem a disciplina, provocando o constante questionamento a respeito da ordem estabelecida, tais como: por que as coisas são como são? Será que precisam ser assim? Se não, o que fazer?

Em um mundo de injustiças em que as estruturas em vigor aparentam não oferecer alternativas, muitas vezes essas perguntas podem ser desconcertantes. Contudo, o maior constrangimento decorre da constatação de que podemos estar adormecidos diante de um sistema do qual não somente somos parte, mas também cúmplices.

Sendo assim, a “Geografia dos Espaços Alternativos, outras possibilidades, novas esperanças” não foi simplesmente um estudo de utopias ou um vislumbre de um mundo melhor, mas procurou analisar o espaço geográfico com base no pensamento de autores que já propuseram alternativas para o mundo existente, buscando em suas ideias pistas para outras possibilidades.

O termo “pistas” é adequado, pois, diante da complexidade do tema e dos textos estudados, seria leviano considerar que, a partir da disciplina, o grupo encontraria soluções efetivas. Por isso, uma das premissas nos encontros ocorridos foi a de que aqueles estudos precisavam ser encarados como um ponto de partida, e não de chegada. Esse foi o motivo pelo qual, talvez, muitos (incluindo o professor) tenham finalizado algumas aulas com mais dúvidas do que certezas. E, se isso ocorreu, em algum momento e de alguma forma, a proposta foi alcançada.

Dois livros foram a base norteadora dos encontros: *Por uma outra globalização* (SANTOS, 2003) e *Espaços de Esperança* (HARVEY, 2004). Partindo de suas leituras e refletindo sobre as ideias desses autores, avançou-se para outros temas que serão debatidos no decorrer deste texto. Certamente, o estudo das duas obras necessitaria de mais tempo do que o disponibilizado, mas, na medida do possível, extraíram-se os substratos que permitiram tecer questionamentos e reflexões.

Tendo os dois primeiros objetivos esclarecidos (estudar as obras e questionar a ordem vigente), um terceiro objetivo veio como um exercício: pensar em outras possibilidades para a construção de um mundo melhor.

Em um momento histórico em que as pessoas parecem ter desistido ou até se conformado com a ordem das coisas, o estudo da Geografia dos Espaços Alternativos vem como uma resposta para que, ao menos no coração de uns poucos, a chama revolucionária se mantenha acesa.

2. SITUANDO A DISCIPLINA NO CONTEXTO ESPAÇO-TEMPORAL

No dia 11 de março de 2020, em razão de sua disseminação no mundo, a Covid-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2020), o que implicou e ainda tem acarretado o impacto da sociedade global, em suas distintas instituições e estruturas.

Em meio a esse contexto, a maior parte dos municípios e estados brasileiros decretou o fechamento de seus territórios e a restrição de atividades que implicassem aglomerações populacionais. Por consequência, as aulas na UFF foram suspensas e só retornaram na modalidade de ensino a distância, com a ênfase do Programa de Pós- Graduação em Geografia da UFF-Campos de que tal medida foi adotada unicamente como paliativo para mitigar os danos da Covid-19 no campo da educação. Os professores do Programa consideram que as vantagens da educação presencial são insubstituíveis por outra modalidade.

Com isso, a disciplina “Geografia dos Espaços Alternativos”, que ocorreria no primeiro semestre de 2020, teve seu início adiado para o segundo semestre, e, assim, às 14h do dia 11 de agosto de 2020, a turma, que totalizava 12 alunos e o professor, reuniu-se por videoconferência.

As aulas contaram com diferentes objetivos, mas alguns eram comuns em todas, como contextualizar espaço-temporalmente os autores dos livros estudados, para que todos pudessem compreender suas ideias. À medida que se avançou, ocorreu um esforço em retomar as ideias dos autores já estudados para comparar e traçar reflexões com as do livro da vez. Esse último objetivo possibilitou a percepção de convergências nos pensamentos dos autores analisados, como a identificação de problemas comuns e o apontamento de soluções similares, ainda que por palavras ou caminhos distintos.

Alguns livros necessitaram de dois a três encontros; outros foram debatidos em um único dia. A dinâmica das aulas não era igual de uma para outra. Para os livros maiores, foram divididos os capítulos por membros da turma, que debatiam cada um deles com o professor, sendo permitida e incentivada a interação entre o grupo. Nos livros de menor robustez, todos liam e interagiam segundo suas compreensões. Mesmo com a proposta clara, muitas vezes era necessário fazer questionamentos ao grupo no intuito de incentivar os debates, o que será detalhado na seção referente às dificuldades encontradas no modelo EAD.

2.1 Dificuldades e superações

O planejamento da disciplina contava com aula de campo e diferentes dinâmicas de interação em sala de aula, e isso precisou ser modificado, representando uma desvantagem, pois a comunicação por videoconferência não se compara com a presencial, além da perda de uma saída de campo, a qual é essencial nos estudos em Geografia.

Ainda que o ambiente virtual facilite a questão do deslocamento e evite as aglomerações (algo essencial no momento em que vivemos), ele possui carências que dificilmente serão supridas. A primeira e principal é a da restrição da interação professor-aluno e da própria turma entre si. As aulas on-line têm restringido o contato visual e sonoro, o que inibe um fluxo de diálogos e construção de ideias. A internet consiste em uma boa ferramenta para divulgar palestras sem interações entre o palestrante e a plateia, mas a aula não é uma palestra. Ainda, em razão de os alunos precisarem desligar suas câmeras e som para evitar falhas de imagem e microfonia, o professor, muitas vezes, não consegue sentir se a turma está acompanhando de fato ou se tem alguém “assistindo à aula” e lavando os pratos ou conversando no WhatsApp.

Outra dificuldade girou em torno do acesso aos materiais de apoio. Como se sabe, tirar cópia dos livros trabalhados é uma prática comum da maior parte dos alunos. Se esse material não estiver disponibilizado em PDF na internet, os alunos então ficam, muitas vezes, sem acesso a um livro específico.

Com isso, podem ocorrer restrições na ausência de um aporte financeiro que custeie o processo de digitalização das obras requisitadas para uma disciplina por determinado professor. A primeira restrição é a de tempo, pois, na possibilidade de o professor, por sua conta, fazer a digitalização das obras, ocorrerá uma sobrecarga de trabalho. Se não for assim, poderá haver uma restrição de conteúdo possível, sendo necessária a adaptação ao que há disponível na internet.

Para a disciplina em questão, esse não foi um grande inconveniente, pois 80% do material que se pretendia trabalhar estava disponibilizado gratuitamente na internet, principalmente por serem clássicos, mas isso não teria ocorrido no caso de outra disciplina que não tivesse essa particularidade.

O excesso de tempo em frente ao computador também é um inconveniente para os professores e alunos. O acúmulo de atividades virtuais, tais como aulas, estudos, reuniões, faz com que as pessoas se sintam cansadas desse “ambiente”, e isso impacta diretamente no rendimento nas aulas. É importante ressaltar que, no contexto da pandemia, até mesmo o lazer e a interação ficaram restritos (pelo menos do final do primeiro semestre até pouco mais da metade do segundo) aos meios virtuais. Sendo assim, o excesso de uso da internet e do computador implicou efeitos colaterais que qualquer pessoa mais atenta pôde notar, inclusive em si mesma.

Um exemplo foi constatado no processo de diálogo estabelecido durante os encontros. Em três momentos no decorrer do semestre, foi necessário interromper a aula e fazer uma prática de relaxamento com os alunos, que se mostravam estafados com o ambiente virtual.

No que se refere à apreensão do conteúdo, evidenciou-se que a maior dificuldade da classe não se encontrava na complexidade das leituras, mas no quanto elas se aproximavam ou distanciavam de seus domínios conceituais e de seus conhecimentos a respeito da história. Em termos práticos, isso significou que autores mais contemporâneos e caros à Geografia, como Milton Santos e David Harvey, tiveram suas ideias melhor compreendidas do que outros autores, como Platão ou Thoreau.

Uma vez que as principais questões referentes às dificuldades e superações que envolveram a disciplina foram comentadas, passa-se então para a segunda parte deste texto, que visa tecer considerações a respeito das teorias trabalhadas.

3. ANÁLISES E REFLEXÕES

Os dados chegam por todas as partes, e a confusão é generalizada. Enquanto as teorias e o obscurantismo abundam, o tempo se torna escasso. Perdidos no mar das incertezas, lutamos para sobreviver em meio ao caos e, absorvidos pelo sistema, somos pouco anestesiados.

Alguns se erguem e atacam, mas atacar quem ou o quê? Quem é o verdadeiro inimigo a ser destruído? Diante da fragmentação e da polarização, em meio à alienação, impera por parte de alguns mais lúcidos a frustração e até mesmo o pessimismo. “A incapacidade de descobrir um ‘otimismo do intelecto’ com que trabalhar em busca de alternativas tornou-se hoje um dos mais sérios obstáculos à política progressista” (HARVEY, 2004, p. 30).

É preciso inspirar-se nas utopias, nas propostas, por mais esdrúxulas que pareçam, por mais loucas que sejam consideradas, mas elas consistem no movimento de quem não se conformou com a ordem das coisas e, assim, buscou promover mudanças. Se lutar contra a perversidade do mundo é ser louco, então brindemos a loucura.

3.1 Os espaços de utopia

No capítulo “Os espaços de utopia,” do livro *Espaços de Esperança*, David Harvey explana as diferentes formas como as utopias foram propostas e até mesmo materializadas no mundo. Primeiramente, aponta como as figuras da cidade e a utopia “há muito se acham entrelaçadas” (HARVEY, 2004, p. 207). O autor lembra como o planejamento urbano historicamente é influenciado por ideais utópicos e, assim, parte para uma esquematização do que considera sendo as utopias da forma e do processo, para então chegar a uma terceira, a utopia dialética.

3.1.1 As utopias da forma

A utopia da forma, para Harvey, estaria centrada no que ele intitula como sendo o utopismo enquanto livre organização espacial. O autor cita alguns exemplos, dos quais se pode destacar o clássico *Utopia*, de Thomas Morus (2001), escrito em 1516. Em sua análise sobre essa obra de More, Harvey explica (2004, p. 211) que “A organização espacial interna da ilha regula de maneira estrita um processo estabilizado e imutável. Para dizer de modo direto, a forma espacial controla a temporalidade [...]”. Em outras palavras, os processos socioespaciais são travados pela estrutura engessada.

Cabe ressaltar que todos os esquemas utópicos propostos após More guardam como similaridades uma influência clássica do modelo de cidade justa platônica e, mais do que isso, possuem em seu cerne uma denúncia contra a ordem das coisas estabelecidas. No caso de More, trata-se de uma crítica à sociedade burguesa em ascensão e à decadente sociedade feudal.

Harvey prossegue com ilustrações de como esses esquemas utópicos da forma espacial se materializaram no Projeto *New Harmony*, de Robert Owen; no da *Cidade Ideal*, de Fourier; na *Roadtown*, de Edward Chambless; no “movimento das novas cidades”, de Ebenezer Howard; na *Cidade Ideal*, de Le Corbusier; e no projeto da *Broadacre City*, de Frank Lloyd Wright. Após isso, o autor chega a exemplos contemporâneos, intitulados por ele de nostalgias utópicas.

3.1.2 As utopias do processo social

Sobre o utopismo do processo social, Harvey considera que, apesar de parecer estranho o uso do termo “utopia” associado a algo que não seja um não lugar ou um lugar feliz, são inúmeros os esquemas que idealizam o processo. Para ele, “As versões idealizadas dos processos sociais, em contrapartida, costumam exprimir-se em termos puramente temporais” (HARVEY, 2004, p. 228).

Em suas críticas às utopias do processo, considera que se perdem romanticamente em meio a projetos infundavelmente abertos, os quais, por sua vez, não chegam a um ponto de conclusão, que seria as suas materializações no espaço e no lugar.

Ele menciona a necessidade que Marx teve de desconstruir um utopismo do processo distinto do seu, referindo-se à obra *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith (1996), publicado em 1776. Após percorrer em uma análise do passado ao presente considerando essa oposição de ideias, ressalta o que assinalou Frankel em 1987 e ratifica que “os mais eficazes utopistas em épocas recentes têm sido os de persuasão direitista, que têm adotado primordialmente antes um utopismo do processo do que um utopismo da forma espacial” (HARVEY, 2004, p. 232).

Tal afirmação provoca a seguinte reflexão: até que ponto não compramos e aceitamos a utopia capitalista burguesa enquanto rechaçamos outras possibilidades? Ainda que o pensamento burguês seja de fato uma ideologia que domina a psicosfera (SANTOS, 2008), o paraíso capitalista, vendido a todos, não passa de uma utopia que nunca se materializou e nunca se cristalizará da forma como é idealizada por seus mais fiéis defensores.

3.1.3 Síntese

Se, por um lado, as utopias da forma espacial pervertem seus objetivos pela necessidade de controlar os processos sociais, as utopias do processo social, ao negociarem com a espacialidade, quando cristalizadas produzem resultados opostos ao que pretendem (como

autoritarismo e desigualdades). Partindo dessa premissa, Harvey sintetiza uma proposta que consiste em um utopismo espaço-temporal (HARVEY, 2004, p. 239).

Considera então que a alternativa não deve ser ficar em uma forma espacial estática nem enfocar um processo emancipatório aprimorado. A busca então estaria em montar um utopismo espaço-temporal (dialético) “que tenha raízes fincadas em nossas possibilidades presentes ao mesmo tempo que aponta trajetórias diferentes para os desenvolvimentos geográficos desiguais humanos” (*Idem*, p. 258). E, assim, ele conclui a terceira parte de seu livro, intitulada “O momento utópico”, mas que para este texto oferece substrato para novas reflexões.

3.2 Despertando olhares

Vivemos em uma sociedade de pessoas adormecidas. Acreditamos saber tudo e ignoramos que nada sabemos. Bombardeados constantemente pela máquina ideológica que nos fascina, buscamos a ilusão em uma falsa felicidade, ao considerar que esta seja algo a ser conquistado pela ascensão econômica, via necessária para acessar o dinheiro e, por sua vez, o consumo.

Como pensar na construção de um mundo diferente, se cada indivíduo se encontra impregnado de valores e ideias que forjam a estrutura ideológica de uma sociedade perversa? Milton Santos (2008), ao conceber a existência de uma tecnosfera e de uma psicofera, leva-nos a refletir que não há como transformar uma sem alterar a outra. Mudanças estruturais não atingem resultados distintos, se não vierem acompanhadas de mudanças nas concepções.

Sendo assim, antes mesmo de se pensar em mudar o mundo exterior, é coerente voltar a atenção para o interior, chocar a consciência na busca de romper os grilhões que aprisionam a mente com as falsas verdades. Três passos são fundamentais¹, tais como nos aponta Platão com a alegoria da caverna, em sua obra *A República* (PLATÃO, 1949).

O primeiro passo é perceber que as sombras projetadas na parede não são a realidade, mas isso não é possível sem uma postura crítica e questionadora. Por que as coisas são como são? Elas precisam ser do jeito que são? Deve-se recordar que, na alegoria proposta por Platão, os escravos mais sábios e respeitados eram os que interpretavam aos demais as sombras na parede; logo, não passavam de meros reprodutores da linguagem do sistema.

Em comparação com nossos tempos, até que ponto o sistema educacional contribui para cumprir com a formação de indivíduos verdadeiramente livres? Os professores são livres? Caso não, como pessoas cativas podem ensinar alguém a ser livre? No entanto, o que é ser livre? Há uma máxima que afirma que o conhecimento liberta, mas, se é assim, como explicar a quantidade de pessoas que, no mundo acadêmico, sofrem de ansiedade, depressão, insônia e outros problemas típicos de pessoas aprisionadas?

Em nossa compreensão, liberdade e felicidade são palavras relacionadas, ou seja, uma é consequência da outra. Basta um breve passeio pela história para observar que, mesmo encarceradas ou ameaçadas, as mentes livres se mantiveram em paz.

Entende-se que a liberdade dos grilhões da caverna não pode ocorrer se aceitamos como verdade as coisas que são dadas do jeito que são. Aqui se encontra um importante papel para o professor ensinar a pensar. Para Weor (2019, p. 49), “Todo o esforço dos professores deve, em última síntese, levar os alunos e alunas à experiência do real, do

¹ Os passos serão apresentados no decorrer do texto, estando o segundo passo na seção 3.3 e o terceiro passo na seção 3.4.

verdadeiro”. É por isso que *A República*, de Platão, mais do que um tratado em que se reflete a respeito da justiça, é também uma obra sobre a educação, já que esse é o único instrumento que pode levar cada indivíduo a libertar sua mente e alcançar a verdade. Mas o que é a verdade? Segundo Weor (2019, p. 48), “A verdade é o desconhecido de momento a momento.”

O papel que exerce a educação para promoção da liberdade, vislumbrada desde Platão como instrumento de modificação da estrutura social, foi observado em 1985 por Lacoste (2012), em sua obra: *A Geografia, isso serve em primeiro lugar para fazer a Guerra*. Ainda, o autor evidencia em seu texto a importância do professor e da educação para a transformação social.

No capítulo intitulado “Saber pensar o espaço para saber nele se organizar, para saber ali combater” (LACOSTE, 2012, p. 177), o autor considera que, sem se apropriar do conhecimento geográfico e de uma adequada leitura espacial em suas diferentes escalas e arranjos espaciais, não há como os cidadãos tomarem a consciência da complexidade do mundo em que estão inseridos. “Os cidadãos mais politizados, os militantes, devem fazer uma análise espacial da crise em diferentes escalas, para ajudar na tomada de consciência coletiva dos problemas” (*Idem*, p. 182).

Considerando a abordagem de Santos (2003) sobre o que entende como período popular, é possível extrair algumas reflexões a respeito do tema em questão. Sua aposta na apropriação da técnica por parte das camadas populares subvertendo o domínio exercido pelo sistema não poderá ocorrer com uma população idiotizada e alienada pelas redes sociais e fábulas contemporâneas.

Talvez, por isso, um dos primeiros pontos que são notórios na lógica de construção do pensamento por parte dos pensadores que apresentaram as suas utopias é que elas são antecedidas por denúncias do sistema. Essas denúncias consistem na exteriorização dos choques de consciências que se assombram ao observar a estrutura dos modelos vigentes (cada qual em seu contexto espaço-temporal) e, partindo da distopia vivida, não se contentam em aceitá-las, mas buscam proposições. São as consciências que, de uma forma ou de outra, lutaram para avivar a chama da esperança, combatendo os conformismos com suas ideias e posturas revolucionárias.

O estudo dos pensamentos utópicos permite o despertar para situações do espaço geográfico, as quais, apesar de injustas, parecem normais, pois a presença cotidiana delas na vida de cada pessoa tende a torná-las banais. Ao mesmo tempo, essas situações apontam a existência de outras possíveis geografias. Se cada mente é um Universo, é correto afirmar que, dentro de cada cabeça, há uma utopia, e as pessoas, de forma consciente ou não, buscam por seu mundo melhor (por suas utopias).

3.3 Em busca da verdade

Continuando a alegoria da caverna (como fio condutor deste texto), após se dar conta que não está mais acorrentado, o agora liberto é impulsionado a escalar a caverna até o topo, sentindo então a dor de se deparar com a realidade e, aos poucos, acostumando-se com a luz e conhecendo a verdade. Primeiramente, não olha direto ao Sol, mas observa as sombras projetadas por ele; depois, contempla a noite, até o momento em que sua vista está preparada para mirar ao alto.

Assim como na alegoria, as explicações que antes eram satisfatórias ao indivíduo já não o são, o que o faz perceber sua condição de alienado. Então, ele tem a necessidade de

investigar a fundo os problemas, no intuito de encontrar novas respostas. Um exemplo está na obra *Geografia da fome*, de Josué de Castro (2011), na qual o autor quebrou paradigmas sobre o tema no Brasil, oferecendo uma análise aprofundada a respeito das questões sociais, transcendendo, assim, as afirmações até então aceitas como verdadeiras de que a explicação para a fome seria de ordem climática.

No entanto, evoca-se a premissa de Weor (2019) a respeito de uma verdade que não pode ser estática, já que ela é desconhecida a cada novo momento. Sendo assim, hoje, somam-se à questão da carência de nutrientes outros fatores relacionados ao alimento, os agrotóxicos e transgênicos, a comida industrial enxertada de hormônios e químicos, além da empobrecida dieta de cada indivíduo. Quando se toma como normal a situação da alimentação no mundo e, especificamente, no Brasil, corrobora-se o sistema. O atual problema da alimentação está nas vidas dos ricos e pobres², dos intelectuais e religiosos, dos homens e das mulheres, etc.

Há uma estruturação nociva que se inicia nas monoculturas, estende-se pela produção dos alimentos e se infiltra em nossos lares, onde levamos veneno para o corpo e nos matamos homeopaticamente. Um dos convidados para colaborar com a disciplina³, médico e professor da Universidade Estadual de Feira de Santana, José Rosa Figueiredo Filho, explicou minuciosamente como grande parte das doenças contemporâneas começa pela má alimentação, inclusive decorrente da ingestão de transgênicos e outros venenos, a exemplo dos refrigerantes e processados.

O mais grave foi a constatação de que há uma continuidade nesse ciclo de criação de doenças que se estende à indústria farmacêutica. O médico teceu uma forte crítica à grande parte dos remédios alopáticos, os quais, muitas vezes, além de não curarem, geram novas enfermidades em razão de seus efeitos colaterais.

Jaques Brient (2009) denuncia como nos tempos atuais, diferentemente de outros modelos que já existiram, o 'servo moderno' se escraviza de forma voluntária. O autor explica que esses escravos são os que compram as mercadorias que cada vez mais os aprisionam, buscam os seus trabalhos alienantes e escolhem os amos a quem querem servir. No capítulo intitulado "A Alimentação", ele comenta:

Porém é quando se alimenta que o escravo moderno ilustra melhor o estado de decadência em que se encontra. Dispondo de um tempo cada vez mais limitado para preparar a comida que ingurgita, ele se vê obrigado a engolir rápido o que a indústria agroquímica produz, errando pelos supermercados à procura dos ersatzes que a sociedade da falsa abundância consente em dar-lhe. Aí, ainda, só lhe resta a ilusão da escolha. A abundância dos produtos alimentícios apenas dissimula sua degradação e sua falsificação. Não são mais que organismos geneticamente modificados, uma mistura de colorantes e conservantes, de pesticidas, de hormônios e de outras tantas invenções da modernidade. O prazer imediato é a regra do modo de alimentação dominante, também é a regra de todas as formas de consumo. E as consequências que ilustram esta forma de alimentação se veem em todas as partes (BRIENT, 2009, p. 5).

Brient também tece sua crítica à medicina ocidental, chamando-a de medicina mercantil. Para o autor, ela não ataca a origem do mal do escravo moderno, que está

² No entanto, é claro que este problema gera um impacto muito maior às populações com menor poder aquisitivo.

³ Por questões de tempo, essa aula, assim como outras que teriam convidados externos, foi suprimida, mas o tema havia sido explicado anteriormente em palestra dada pelo professor José Rosa em 2018 na comunidade Olimpo, em Santo Amaro, Bahia.

na “degradação generalizada de seu ambiente, do ar que respira, e da comida que ele consome; o stress provocado pelas suas condições de trabalho e pelo conjunto de sua vida social” (*Idem*, p. 10).

Partindo desses exemplos iniciais, obtém-se um conjunto de fatores geográficos que passam despercebidos, ignorados ou até mesmo concebidos como normais. Quais relações podem ser traçadas entre as doenças do mundo moderno e a estruturação do espaço geográfico? A qualidade da alimentação e de todos os aspectos da vida vem sendo debilitada de momento em momento, sendo consequência de uma estrutura nociva pela qual o processo de globalização se expande por todo o planeta.

Assim, é possível questionar toda a estrutura que compõe o sistema: o que se entende por trabalho, lazer, educação, saúde, alimentação, política, sexualidade, religião, entre tantos outros elementos que se combinam no mosaico do espaço geográfico, mas que são construídos na psicosfera social, de maneira a incentivar as individualidades, exacerbando as diferenças e fragmentando as lutas. Dividir para conquistar é uma abordagem ensinada na *Arte da Guerra*, de Sun Tzu (1996), aplicada por Júlio Cesar em Roma e que cada vez mais se evidencia como estratégia nos tempos atuais.

Retorna-se, então, ao ponto inicial desta reflexão. Em uma sociedade de pessoas adormecidas, que constantemente são manipuladas pelas informações que contribuem para a manutenção do sistema hegemônico, observa-se que a busca pela verdade, ainda que bem-intencionada, e única via para uma transformação social, torna-se paradoxalmente um calcanhar de Aquiles. Entre outros motivos, observa-se que isso vem ocorrendo, principalmente, em razão do excesso de desinformação que reina pelas redes sociais e da identificação com as polarizações sensacionalistas e politiquieras.

A falta de crivo crítico por parte de indivíduos, os quais, buscando contestar a ordem vigente, apegam-se a novas crenças⁴ (novos deuses) indo de encontro a qualquer lógica ou coerência, transforma as bases que possibilitariam a insurgência de um momento revolucionário em uma tragédia social.

3.4 A fragmentação

Na alegoria da caverna, após conhecer a verdade, o homem livre retorna para alertar aos companheiros aprisionados, mas suas palavras e ações não são bem recebidas nem consideradas. Assim como no exemplo dado por Platão, quase sempre são combatidos aqueles que, inconformados com o sistema opressor, vislumbram a possibilidade de um mundo melhor e buscam lutar por isso. A história mostra que, em casos extremos, esses indivíduos receberam como pagamento as cicutas, as prisões, as crucificações...

Milton Santos (2003) analisa o processo de globalização em três perspectivas. Na primeira, intitulada a “globalização como fábula”, o autor aponta os mitos da globalização segundo a imagem, que nos fazem crer a respeito do processo. Ele destaca o papel da máquina ideológica para o sustento das ações hegemônicas. Um dos exemplos trazidos por Santos é o do mercado global, “apresentado como capaz de homogeneizar o planeta, quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas” (SANTOS, 2003, p. 19).

Na segunda perspectiva, em sua visão sobre o mundo real definindo “a globalização como perversidade”, Santos demonstra um cenário em que há o aumento da pobreza e a perda

⁴ Entre defensores da Terra plana e da cloroquina, novos mitos se criam, e seus seguidores como devotos de uma seita fanática se negam a dialogar a respeito de qualquer outra possibilidade.

de qualidade de vida das classes médias, generalizando-se a fome e o desabrigo, além da proliferação de velhas e novas doenças. O autor ressalta a questão da mortalidade infantil e da inacessibilidade a uma educação de qualidade e, por fim, assinala o aprofundamento dos “males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos, a corrupção” (*Idem*, p. 20).

Na terceira perspectiva, traz sua utopia a partir da premissa de que a intensificação da mistura de povos e filosofias em todos os continentes e a maior aglomeração populacional em áreas de alta densidade demográfica permitem um maior dinamismo na mistura entre pessoas e filosofias. Com isso, a existência de uma sociodiversidade, unida ao que ele entende como sendo uma cultura popular servida “dos meios técnicos antes exclusivos da cultura de massas” (SANTOS, 2003, p. 21), torna possível o exercer de uma revanche ou vingança. Ainda sobre a cultura popular, afirma:

Tal cultura realiza-se segundo níveis mais baixos de técnica, de capital e de organização, daí suas formas típicas de criação. Isto seria aparentemente, uma fraqueza, mas na realidade é uma força, já que se realiza, desse modo, uma integração orgânica com o território dos pobres e seu conteúdo humano (SANTOS, 2003, p. 145).

Vale ressaltar a distinção feita pelo autor entre pobreza e miséria, uma vez que, enquanto a última implica a privação completa e quase o aniquilamento da pessoa, a primeira consiste “em uma situação de carência, mas também de luta, um estado vivo, de vida ativa, em que a tomada de consciência é possível” (*Idem*, p. 132).

Ainda que em estado de carência, o pobre, tendo acesso aos meios técnicos, encontra ferramentas para sua articulação política e social. Assim, é possível observar hoje pelas redes sociais movimentações e organizações envolvendo diferentes setores da sociedade, e, com isso, o papel da classe média é estratégico na visão do autor.

Para Santos (2003), à medida que experimenta um momento de escassez, a classe média, muitas vezes, tende a reagir negativamente à política, ou seja, desejando menos política e participação, quando, na verdade, sua reação pode e deve ser oposta. Ele considera que “seu papel não estará completo enquanto não se identificar com os clamores dos pobres, contribuindo, juntos, para o rearranjo e a regeneração dos partidos, inclusive, os partidos do progresso” (*Idem*, p. 139).

Cabe então refletir a respeito da conjuntura atual vivenciada no país. Inicialmente, ressalta-se o surgimento ou a evidência pelas redes sociais de grupos das camadas populares que defendem e se identificam com os interesses das elites. Serão listados alguns elementos que podem explicar tal fenômeno, não no intuito de apresentar uma explicação que se esgote, mas de pontuar algumas das análises feitas sobre o tema.

Em uma observação empírica da realidade brasileira, elencam-se sete pontos que constituem entraves para articulações políticas nas camadas populares do país. São eles: 1) a manipulação da informação pelos grupos hegemônicos; 2) a alienação e o conservadorismo religioso; 3) o acesso ao meio técnico informacional sem os instrumentos críticos necessários para sua utilização e clivagem das informações; 4) a emergência de uma esquerda liberal, que tem por objetivo a inserção dos grupos minoritários na estrutura capitalista pelo acesso ao consumo e pela ampliação dele, enquanto a luta para derrubar essas estruturas é negligenciada ou esquecida, o que contribui para uma alienação por parte da população, que enxerga no próprio sistema a alternativa para a ascensão social; 5) a fragmentação das lutas sociais, solapando possibilidades de uma unidade da luta de classes; 6) a amplificação das tensões geradas pelas polarizações, que terminam por criar

antipatias por causa do enfoque nos ressentimentos por parte de alguns grupos (não de todos); 7) a dificuldade em utilizar-se de linguagens e meios que alcancem as camadas populares e que seduzam a classe média por parte dos grupos intelectuais, que buscam por transformações progressistas.

Partindo dessa listagem simplificada de fatores e considerando o entrave posto, que é a fragmentação das lutas e visões, associada aos aspectos de uma sociedade competitiva e individualista, cuja alienação com relação à sua condição de escravidão moderna contribui para a permanência e o fortalecimento das estruturas do sistema, chega-se ao impasse na busca de uma via que congregue as diferenças.

3.5 A construção de uma utopia não exclui as heterotopias

Em *Espaços de Esperança*, Harvey nos convida a refletir sobre a máxima neoliberal de que “não há alternativas”. O autor questiona tal afirmação e, partindo dela, propõe uma análise do espaço geográfico, inicialmente pela leitura de *O Capital*, de Karl Marx, e do *Manifesto do Partido Comunista*, de Karl Marx e Friedrich Engels. Harvey segue então na busca de compatibilizar a leitura histórica e econômica desses autores, ora os criticando, ora apontando sua atualidade e demonstrando como a Geografia está presente em suas obras.

Comentando o *Manifesto do Partido Comunista*, Harvey considera que as bases do cenário em que ele foi escrito não sofreram mudanças radicais, uma vez que: “O proletariado global nunca foi tão volumoso, nem nunca tão forte o imperativo da união dos trabalhadores de todo o mundo” (HARVEY, 2004, p. 68), mas, ao mesmo tempo, considera que “as barreiras à essa união são muito mais formidáveis do que eram no contexto europeu já complicado de 1848” (*Ibidem*).

Harvey ressalta que, em toda parte, existem lutas anticapitalistas, com manifestações “de raiva e de descontentamento” (*Idem*, p. 102). E essa é uma potência emergente, ao considerar que, em grande parcela dos casos, as insatisfações possuem uma mesma base estrutural, que é o próprio sistema, mas o não enxergar a causa comum implica que, além das lutas individuais, desmobilize-se uma marcha única.

Parece haver uma concordância entre alguns autores estudados no que se refere à necessidade da articulação das diferentes pautas, visando a um ponto central de ataque. Se, por um lado, a máxima “Trabalhadores de todos os países uni-vos” (ENGELS; MARX, 1999, p. 65) ecoa como um grande chamado para essa união das forças, Harvey considera (2003, p. 103) que “O trabalho de síntese das múltiplas lutas hoje existentes tem de ser permanente [...]”. A necessidade dessa união de movimentos também é o ponto de conclusão de Brient, quando afirma: “Mas, para que desta revolta surja uma revolução, é preciso reunir as subjetividades em uma frente comum” (BRIENT, 2009, p. 22) O autor ainda enfatiza que: “É na unidade de todas as forças revolucionárias que devemos trabalhar” (*Ibidem*).

Santos, assim como os demais, também considera importantes as pautas particulares, mas enfatiza a necessidade de um enfoque central das lutas, primeiramente evidenciando que, “entre as violências de que se fala, a maior parte é, sobretudo, formada de violências funcionais derivadas [...]” (SANTOS, 2003, p. 55), e alerta que, enquanto o enfoque se concentra nas derivações, “a atenção é menos voltada para o que preferimos chamar de violência estrutural, que está na base da produção das outras e constitui a violência central original” (*Ibidem*).

Ainda que apresentando caminhos distintos, nota-se a convergência das visões na necessidade de unificação da luta para o combate ao problema sistêmico, que é estrutural. Quando Platão propõe em *A República* o exercício da criação de uma cidade justa e faz isso partindo do zero, evidencia que a justiça não poderá ser alcançada com paliativos em um sistema contaminado por perversidades. Se as lutas contra as violências estruturais são enfocadas nas derivações, a causa nunca será sanada; assim, enquanto se combatem os sintomas, a raiz dos males permanece intacta e intocada, já que as atenções são desviadas para as suas consequências.

Como já afirmado, o caminho para tal partirá de diferentes perspectivas, e uma das compreensões norteadoras desta reflexão é que elas não precisam ser suprimidas. A respeito disso, Hakim Bey (2019) aponta uma possibilidade ao trabalhar com a ideia de zonas autônomas temporárias (TAZ).

Inicialmente, ele descreve, com base no romance *Ilhas na Rede*, de Bruce Sterling, uma realidade futurista com a “proliferação de experiências comunitárias descentralizadas” (BEY, 2019, p. 3), as quais continham diferentes concepções, indo desde corporações gigantescas, mantidas por seus funcionários, aos enclaves independentes, dedicados à “pirataria de dados”, ou outros tipos de enclaves, como os verdes e sociais-democratas e os de trabalho-zero, passando por zonas anarquistas liberadas etc. Assim, o autor define a economia de informação que sustenta essa diversidade como rede⁵.

Bey refuta a premissa de que a liberdade só será alcançada quando for dada a todos os seres humanos. Tendo por base o que aprendeu a respeito das histórias das ilhas de rede (do passado e do futuro), considera que há evidências suficientes para “sugerir que um certo tipo de ‘enclave livre’ não é apenas possível nos dias de hoje, mas é também real” (*Idem*, p. 4). Partindo desse ponto, explica que toda sua pesquisa e especulações se forjaram ao redor do conceito de TAZ.

Ao mencionar sua descrença com relação às revoluções, uma vez que elas são sucedidas por situações piores do que as anteriores, Bey (2019, p. 6) aponta que a TAZ é uma opção que “pode fornecer a qualidade do enlevamento associado ao levante sem necessariamente levar à violência e ao martírio”. E assim define:

A TAZ é uma espécie de rebelião que não confronta o Estado diretamente, uma operação de guerrilha que libera uma área (de terra, de tempo, de imaginação) e se dissolve para se re-fazer em outro lugar e outro momento, antes que o Estado possa esmagá-la. Uma vez que o Estado se preocupa primordialmente com a Simulação, e não com a substância, a TAZ pode, em relativa paz e por um bom tempo, “ocupar” clandestinamente essas áreas e realizar seus propósitos festivos (BEY, 2019, p. 6).

Após considerar que algumas TAZ possam ter durado por gerações, Bey (2019) afirma que, por sua característica de invisibilidade, é uma tática perfeita para um momento em que o Estado é onipresente e poderoso, mas com rachaduras e fendas. Por isso, seu ataque feito às estruturas de controle (as ideias) e a defesa baseada na invisibilidade e invulnerabilidade evitam a violência do Estado. “A ‘máquina de guerra nômade’ conquista sem ser notada e se move antes do mapa ser retificado” (*Idem*, p. 7). Trata-se de um conceito sofisticado e convergente com alguns dos princípios de Lacoste a respeito do

⁵ Santos, afirma ser possível reconhecer através das redes “três tipos ou níveis de solidariedade, cujo reverso são outros tantos níveis de contradições. Esses níveis são o nível mundial, o nível dos territórios dos Estados e o nível local.” (SANTOS, 2008, p. 270).

conhecimento do espaço, inclusive em uma linguagem cartográfica da qual Bey se utiliza no avançar dos capítulos.

É assim, no conjunto de distintas utopias, que se pode trazer outro conceito que se somará às reflexões traçadas até aqui. Michel Foucault (2013, p. 12) parte da afirmação de que “o corpo humano é o ator principal de todas as utopias”. Ele considera que cada máscara, maquiagem, tatuagem, vestimentas é a invocação das forças utópicas do embelezamento, do sagrado, dentre outras manifestações, no lugar que é o próprio corpo. No entanto, para ele, essas utopias se manifestam no tempo e no espaço na forma de heterotopias⁶.

Ha países sem lugar e histórias sem cronologia; cidades, planetas, continentes, universos, cujos vestígios seria impossível rastrear em qualquer mapa ou qualquer céu, muito simplesmente porque não pertencem a espaço algum. Sem dúvida, essas cidades, esses continentes, esses planetas nasceram, como se costuma dizer, na cabeça dos homens, ou, na verdade, no interstício de suas palavras, na espessura de suas narrativas, ou ainda, no lugar sem lugar de seus sonhos, no vazio de seus corações; numa palavra, e o doce gosto das utopias. No entanto, acredito que há - em toda sociedade - utopias que têm um lugar preciso e real, um lugar que podemos situar no mapa; utopias que têm um tempo determinado, um tempo que podemos fixar e medir conforme o calendário de todos os dias. É bem provável que cada grupo humano, qualquer que seja, demarque, no espaço que ocupa, onde realmente vive, onde trabalha, lugares utópicos, e, no tempo em que se agita, momentos ucrônicos (FOUCAULT, 2013, p. 19).

Poder-se-ia, assim, vislumbrar a emergência nos lugares das heterotopias convergentes de utopias dos corpos, para que, reunidos em suas zonas autônomas distintas, possam organizar uma bandeira de luta catalisadora das forças? Talvez, um dos fracassos das tentativas de unificação de lutas seja o desprezo pelas individualidades; mais do que isso, o desrespeito às muitas possibilidades necessárias a uma humanidade complexa e plural.

Não será possível convergir lutas, enquanto os distintos grupos gravitarem na dualidade do bem e do mal, do preto e do branco. Necessita-se avançar na construção que considere as distintas realidades, mas que, respeitando as diferenças, enfoque a causa em comum. Isso não poderá ocorrer em um movimento em que verdades sejam impostas, configurando as forças internas que geram fragmentações nos movimentos, algo similar ao que bem afirmou Albert Camus (2014, p. 39): “A necessidade de ter razão marca de uma inteligência grosseira”.

Essa premissa vale para todos os lados, se a intenção for congregar. As pautas que põem um grupo a combater outro tendem a separar e/ou gerar reações. Essas lutas são legítimas e não devem ser suprimidas, mas os distintos grupos podem convergir na ideia de que a sociedade repleta de injustiças pode ter sua estrutura modificada se unirem forças em prol de uma causa comum.

Esse pensamento pode ser estendido a qualquer tema, mas precisa ser ampliado no sentido de aceitar que, para muitos, não haverá interesse em mudanças na estrutura do sistema. Essa reflexão não se aplica a estes, exceto pelo fato de que não precisam ser combatidos nem convencidos. Na verdade, supondo que a ideia em construção seja posta em operação, três batalhas grandiosas já demandarão bastante energia: a batalha pessoal, a confluência das unidades para criação de suas distintas heterotopias e a convergência

⁶ Posteriormente Foucault abandona o termo.

dos grupos em uma causa comum. Algo similar é pensado por Santos, em sua proposta de articulação social:

A partir do país como federação de lugares será possível, num segundo momento, construir um mundo como federação de países.

Trata-se, em ambas as etapas, de uma construção de baixo para cima cujo ponto central é a existência de individualidades fortes e das garantias jurídicas correspondentes. Base geográfica dessa construção será o lugar, considerado como espaço de exercício da existência plena (SANTOS, 2003, p. 113-114).

Ainda que por propostas diferentes, é perceptível a existência de similaridades na necessidade de percepção e articulação das diferentes escalas de organização. Partindo das premissas que apontam a necessidade de uma revolução integral pessoal, para desse ponto ir para o exterior, e de outras premissas que consideram o lugar como a primeira escala de atuação, para daí articular outros níveis, chegou-se à concepção das três escalas de revolução.

3.6 As três escalas de revolução

Tomando como ponto de partida que o instrumento de percepção do exterior e do interior é o corpo, considera-se que este é a menor unidade geográfica. “A ‘globalização’ é o mais macro de todos os discursos que temos à disposição, enquanto o discurso do corpo é o mais micro do ponto de vista da compreensão do funcionamento das sociedades [...]” (HARVEY, 2004, p. 30).

Consideremos a existência de três escalas de revolução: a do corpo, a do lugar e a das articulações em redes. Elas não se excluem, mas, caso não sejam formuladas da base para o topo, levarão inexoravelmente qualquer movimento ao fracasso⁷. A menor de todas as escalas, a do corpo, presume sua relação com o mundo interior e o mundo exterior. Partindo dela, vem a escala das relações diretas, ou a dos lugares nos quais os corpos se encontram (ainda que virtualmente); por fim, a escala que articula os lugares, não como uma continuidade territorial, mas como redes.

Enquanto o indivíduo não revolucionar a estrutura de seu país psicológico, ainda que bem-intencionado, ao congregar reproduzirá os princípios sistêmicos do qual estará impregnado. Existem métodos que apontam caminhos para essa revolução da consciência⁸, no entanto este texto não objetiva tratar desse tema, exceto no aspecto de enfatizar que carregamos em nossa estrutura psíquica aquilo que recebemos de influência do mundo exterior, assim como construímos um mundo a partir da psicologia que carregamos.

Apenas a título de exemplificação, considerando o que afirma Santos (2003) a respeito da sociedade do consumo, da imagem e da competição que compõe o tripé da globalização, é possível questionar: quem são as unidades corpóreas que competem entre si, que consomem de forma alienada e que ostentam ou buscam aparentar o que não são?

⁷ A respeito dessa afirmação, um exemplo é descrito por Manoel de Sousa (2003, p. 30) ao analisar os motivos que, segundo Rossi, levaram as comunidades utópicas do século XIX ao fracasso, dentre os quais muitos poderiam “ser atribuídos à condição humana [...] os condicionalismos psicológicos e culturais dos participantes dessas experiências.” O autor enfatiza que: “Superar as tendências agressivas, egoístas, o poder, o ciúme, ou o espírito de concorrência, num grupo humano é bem mais complexo que a adoção de uma engenharia falansteriana ou de um ideal libertário”.

⁸ Por exemplo, no livro *Revolução da Dialética*, de Weor (2018), o autor, por uma linguagem esotérica, traz importantes reflexões a respeito da necessidade do autoconhecimento e afirma que de nada serve pretender conhecer o mundo se não se sabe nada a respeito de si mesmo.

Como mencionado no paralelo do mito da caverna, antes do retorno para entregar a mensagem visando romper os grilhões do sistema, é necessário ao mensageiro se autoprovocar, receber o choque de consciência, chegando a despertar para a dura realidade de que está adormecido e escravizado por esse mesmo sistema. Cabe ressaltar que esse despertar precisa vir com a prática, na mudança de condutas, como pequenos ensaios que forneçam vivência para a construção das articulações. Essas experiências independem do todo, mas cada qual em seu estágio pode permutar entre si o que for necessário, de informações a objetos.

A segunda escala requer um complemento do que já foi mencionado: a liberdade de formas e motivos pode ser a chave para a união de iguais que busquem a sua utopia enquanto grupo. O ser humano busca a felicidade, e, ainda que em um primeiro momento precise encontrá-la em si, é quando sai ao encontro do outro que essa busca se realiza.

Em nosso estudo sobre as migrações em Salvador (RIBEIRO, 2018), foi possível identificar que a força que move o indivíduo, a causa que o leva a migrar, é a busca pela felicidade, ainda que justificada por diferentes razões. Nas entrevistas realizadas, percebeu-se que havia, tal como nas leis de repulsão e atração de Ravenstein (1885, 1889), um padrão perceptível nas falas dos imigrantes. Se, por um lado, o seu lugar de origem não os deixava em plenitude, por outro eles buscaram no seu destino a utopia que guardavam em seus países psicológicos. Para uns, a realização pela música; para outros, as praias; para alguns, a festividade tropical; para muitos, as fugas de seus problemas, em alguns casos o amor.

Esses migrantes e imigrantes, longe de seus lugares de origem, forçados a romper com seus paradigmas, associaram-se com outros iguais e formaram verdadeiras congregações (ou, na linguagem de Bey, zonas autônomas temporárias), cada qual em seus objetivos. Entre muitos exemplos, surgiram bandas de maracatu com pessoas de diversas partes do mundo; um bloco de carnaval só de japoneses; uma casa onde latinos de toda a América se reuniam para tocar e dançar música latina; espaços de música afro-baiana, onde soteropolitanos e estrangeiros se misturavam, interagiam, formavam amizades, amores, laços que se fortaleciam mesmo depois distanciados pelo oceano; religiosos que buscavam viver a utopia de seus deuses na Terra, trabalhando pelos mais necessitados e buscando a paz em seus redutos; grupos de intelectuais (ou não) que se reuniam nos bares para conversar sobre os mais variados temas.

Saindo do exemplo de Salvador, é possível identificar comunidades que se formam com diferentes finalidades, cuja síntese é a busca pela felicidade, a construção de sua utopia. Grupos religiosos que se isolam em pequenos feudos, nos quais as normas, muitas vezes, beiram um socialismo cristão, ou budista, ou de religiões de matrizes afro-indígenas, ao mesmo tempo que comunidades com diferentes filosofias também se formam: nudistas, naturalistas, vegetarianos, carnívoros, permacultores, rurais, urbanos, comunidades tradicionais, os que veem potência nas favelas e periferias, os que buscam os clubes sociais mais variados...

Cada qual não precisa impor sua verdade, seu caminho ao outro. Não é necessário proselitismo para convencer que tal ou qual forma é a correta ou a melhor. Ambos podem e devem existir para o bem da diversidade sociocultural, sem que para isso precisem se anular. No entanto, é preciso que cada uma das particularidades perceba que, por mais

que busquem sair do sistema, sofrerão direta ou indiretamente a influência dele⁹. Por isso, faz-se necessário caminhar para a terceira escala da revolução.

Na terceira escala, essas potências articuladas enquanto pequenas células somam forças em prol de uma causa comum. No momento em que as pautas divergentes deixarem de lado suas diferenças e unificarem uma luta que atinja a base do sistema, o caminho para uma mudança estrutural pode ser fortalecido. Hoje, o meio técnico permite que essas particularidades se articulem enquanto rede.

Seria essa uma utopia? Certamente é uma ideia em construção, impulsionada a partir dos diálogos e reflexões nas aulas. Haveria nela a convergência entre forma e processo? Possivelmente entre muitas formas e processos que, como eixos na engrenagem de um sistema em construção, iriam se unir para girá-lo em uma nova roda. No entanto, ainda cabe o debate a respeito das estratégias.

3.7 Imperialismo empresarial x movimentos sociais

Em *O Novo Imperialismo* (2005), Harvey delinea como o domínio territorial imperialista dos Estados Unidos é exercido. Também explana a respeito das ações das grandes corporações, que possuem vantagens em sua lógica organizacional com relação ao Estado. Não precisando de uma presença física em um território específico, as empresas se movimentam pelo planeta conforme as suas necessidades estratégicas e, mais do que isso, sendo detentoras do capital, moldam os territórios e o espaço geográfico de acordo com os seus desejos.

A vantagem das corporações empresariais em relação ao Estado também está no aspecto temporal, uma vez que elas podem traçar metas de longo prazo, algo que se torna mais complexo nos sistemas democráticos (principalmente nas democracias frágeis). O autor explica que esses sistemas de governo não conseguem ter uma continuidade de planejamento; assim, as ações precisam ser pensadas e executadas para o período de gestão, que geralmente é de quatro a seis anos.

Uma outra e fundamental força das corporações empresariais é que elas, ao dominarem o capital no sistema capitalista, possuem de fato o poder e, assim, valem-se do aporte financeiro para impor seus interesses nos territórios do mundo. O que se evidencia é que o Estado atua como uma mão executora dos desejos dos bancos e das corporações internacionais.

Como consequência, o espaço geográfico é moldado pela aplicação do capital para transformar as estruturas de modo a se tornarem mais receptivas ao sistema e, ao mesmo tempo, pela máquina ideológica, que tem como principal aliada as mídias e agora as redes sociais. Contrapondo-se a essa estrutura de dominação, surgem os movimentos sociais com as distintas demandas que fazem enfrentamento às opressões do sistema capitalista. Para esta breve reflexão, ainda que não sendo a mesma coisa, serão consideradas as organizações não governamentais (ONGs) como instrumentos de articulação desses movimentos.

O surgimento de ONGs com diversas finalidades apontou um caminho em que a absorção dos aspectos territorial e temporal das grandes instituições financeiras e empresariais pode ser utilizada como estratégia para articulações populares, confluindo

⁹ Seja o rio ou o ar poluído, o plantio transgênico, que, mesmo não consumido nas prateleiras, pode comprometer culturas vulneráveis, ou as ações e inações políticas, ou até mesmo um vírus, uma pandemia.

Figura 1 – Tipos de ações de solidariedade no município do Rio de Janeiro em 2020.

Fonte: Observatório de Favelas (2020), Mapa elaborado pelo autor. Base cartográfica; Instituto Pereira Passos (2020).

energia para combater as desigualdades do sistema. Porém, é certo que muitas ONGs não cumprem esse papel. Ao mesmo tempo, com algumas exceções, a necessidade de captação de recursos compromete uma parcela do poder político dessas organizações. Por fim, ainda que importante, o enfoque em suas pautas não permite espaço para articulações maiores¹⁰. No final, inseridas no sistema, as ONGs terminam compondo uma parte dele; mesmo assim, nelas se encontra uma potência para o terceiro momento da revolução.

Um exemplo da potência dessas organizações foi observado no trabalho realizado para a ONG *Observatório de Favelas*, em 2020, no qual se analisaram, em 10 edições, o efeito da Covid-19 no Rio de Janeiro e o contraste do impacto da pandemia entre as áreas periféricas e nobres da cidade. Entre os resultados, observaram-se a distribuição dos equipamentos de saúde no município do Rio de Janeiro, os mapas de contágio por bairro e as distintas análises da proliferação da Covid-19 considerando os perfis populacionais (OBSERVATÓRIO DE FAVELAS, 2020). Também se fez um estudo sobre os fluxos de trabalho e as relações regionais entre a capital e o estado fluminense. Contudo, a última edição apontou uma mensagem de esperança, com o mapeamento das ações de solidariedade no Rio de Janeiro (Figura 1).

¹⁰ Existem ONGs que tentam cumprir com esse papel, a exemplo da Politize, que tem por objetivo “formar uma geração de cidadãos conscientes e comprometidos com a democracia” (POLITIZE, 2021).

Com o contexto da pandemia, apesar de cada uma das organizações mapeadas possuir diferentes finalidades e raios de ação, no momento em que elas perceberam a existência de um inimigo comum (Covid-19), as forças delas se voltaram para o combate do vírus e seus desdobramentos, econômicos, sociais e psicoemocionais. Cada uma dessas unidades, com suas pautas próprias, atuaram quase sempre de forma isolada contra um alvo em comum. Se existe um objetivo comum a todos, é possível unir as forças para combatê-lo.

O caso da Covid-19 foi extremo, por isso a percepção da prioridade do seu combate foi, antes de tudo, uma necessidade. Assim, chega-se ao ponto de partida. Apenas quando perceberem que, mesmo lutando contra o sistema, o paliativo isolado termina por compô-lo, é que as unidades tentarão enfocar uma causa comum.

As ONGs possuem um potencial para isso, e algumas já buscam o fazer. A dualidade entre utilizar o sistema para combatê-lo e ser cooptado por ele é complexa e exige maior aprofundamento. No entanto, observa-se que, por meio delas, materiais de extrema qualidade para promover suas causas são elaborados e grupos sociais são articulados. Como aproveitar essa potência para combater a base estrutural do sistema hegemônico?

Quais são as possibilidades de convergir essas estratégias para uma articulação popular no intuito de, utilizando as mesmas armas dos detentores do poder ou talvez outras ainda mais sutis e sofisticadas, iniciar uma transformação nas estruturas tais como são? Existem exemplos na história que apontam ser possível fazer tal ação sem se deflagrar uma bala. A proposta de Bey a respeito da estratégia das TAZ não é a primeira e já foi realizada. Tomemos por base os preceitos de Thoreau, em *A Desobediência Civil*, traduzidos por Gandhi na conduta do Ahimsa.

3.8 Ahimsa

A não violência não consiste em renunciar a toda luta real contra o mal. A não violência, tal como eu a concebo, empreende uma campanha mais ativa contra o mal que a Lei de talião, cuja natureza mesma traz como resultado o desenvolvimento da perversidade. Eu levanto, frente ao imoral, uma oposição mental e, por conseguinte, moral. Trato de amolecer a espada do tirano, não cruzando-a com um aço mais afiado, mas defraudando sua esperança ao não oferecer resistência física alguma. Ele encontrará em mim uma resistência da alma, que escapará de seu assalto. Essa resistência primeiramente o cegará e em seguida o obrigará a dobrar-se. E o fato de dobrar-se não humilhará o agressor, mas o dignificará (Mahatma Gandhi).

O princípio da não violência apontado por Gandhi tem correspondência com os escritos de Thoreau, nos quais evoca a premissa de que o cidadão deve, antes de tudo, seguir a sua consciência e jamais desistir dela para se dobrar diante das injustiças do Estado ou de um legislador. “Na minha opinião devemos ser em primeiro lugar homens, e só então súditos” (THOREAU, 1849, p. 6).

Questionando as ações do governo dos Estados Unidos no século XIX, que, com o dinheiro dos contribuintes, fomentava a guerra com o México e a escravidão, o autor se nega a ser parte de um governo “que é também o governo do escravo” (*Idem*, p. 9). Thoreau comenta que, quando um país tem 1/6 de sua população composta de escravos, e seu exército assalta e conquista outro país, “não é cedo demais para a rebelião e a revolução dos homens honestos” (*Idem*, p. 10). Por fim, critica os milhares de cidadãos que, contrários à escravidão e à guerra, nada faziam para findar ambas.

Seguindo essa lógica, Thoreau formula a seguinte questão: “Existem leis injustas; devemos submeter-nos a elas e cumpri-las, ou devemos tentar emendá-las e obedecer a elas até à sua reforma, ou devemos transgredi-las imediatamente?” (*Idem*, p. 10). Para ele, o fundamental é não participar de forma alguma das misérias que condena.

O autor explica como uma revolução pacífica pode ocorrer caso cada indivíduo decida não manter os vínculos com o Estado, sendo levado à cadeia, de modo que essa conduta seja seguida por outros. “Quando o súdito negou a lealdade e o funcionário renunciou ao seu cargo, então a revolução completou-se” (*Idem*, p. 10). Para ele, o problema não estaria em pagar o imposto da estrada ou da manutenção da escola, uma vez que se busca ser um bom vizinho tal como um péssimo súdito.

Em seu relato, sobre a experiência de ter sido encarcerado por não pagar os impostos, comenta: “Vi que, apesar da grossa parede de pedra entre mim e os meus concidadãos, eles tinham uma muralha muito mais difícil de vencer antes de conseguirem ser tão livres quanto eu” (*Idem*, p. 30). E, na sequência, atesta que “O Estado nunca confronta intencionalmente o sentimento intelectual ou moral de um homem, mas apenas o seu corpo, os seus sentidos” (*Idem*, p. 31). Thoreau conclui que o Estado apenas tem maior força física, mas não de honestidade ou gênio superior.

Esse princípio da recusa em compactuar com as injustiças do Estado foi praticado por figuras como Mahatma Gandhi, para alcançar a independência da Índia e Paquistão, e Martin Luther King, na luta pelos direitos civis e o fim da segregação racial nos Estados Unidos.

Até que ponto transferimos nossa responsabilidade política para um representante A, B ou C e nos conformamos em esperar os resultados de suas ações, que, como se sabe, por mais bem-intencionadas que sejam, estarão cooptadas por toda máquina do sistema? Observa-se, na atual conjuntura política nacional, a triste (e dificilmente reversível) polarização da população em torno de figuras políticas. Assim, enquanto divididos lutam entre si defendendo as bandeiras dos representantes, fazem vistas grossas aos erros de seus líderes ao mesmo tempo que atacam as debilidades do alheio.

Retomando as ideias de Thoreau e os exemplos de Gandhi e Martin Luther King, ressalta-se que um possível meio para sair da polarização é abandonar as figuras dos heróis salvadores e articular a luta em torno da causa. Enquanto personificarmos em um messias a nossa salvação, estaremos fadados a cair no abismo.

No entanto, considerando outra conjuntura livre das polarizações, o que ocorreria se, batalha por batalha, a sociedade articulada comesse a lutar por seus anseios, negando-se a cooperar com o sistema e organizando-se em torno do que os une? Valem as perguntas de Thoreau: “Será que a democracia tal como a conhecemos é o último aperfeiçoamento possível em termos de construir governos? Não será possível dar um passo a mais no sentido de reconhecer e organizar os direitos do homem?” (*Idem*, p. 46).

Em outro contexto, Engels e Marx (1999) consideram que, uma vez organizado e utilizando a sua supremacia política, o proletariado arrancará “pouco a pouco todo capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado em classe dominante [...]” (ENGELS; MARX, 1999, p. 42).

O que explica que, independentemente da existência de uma parcela alienada da população, haja uma massa de pessoas que, apesar de insatisfeitas, aceitam resignadamente a ordem das coisas? “É o medo que nos fez escravos e que nos mantém nesta condição.

Baixamos a cabeça frente aos donos do mundo, aceitamos esta vida de humilhação e de miséria somente por medo” (BRIENT, 2020, p. 11).

Assim como Thoreau, Brient (2020, p. 12) considera que a força dos governos não deriva de seus policiais, mas de nosso consentimento, e conclui “o silêncio da maioria dos escravos frente a essa repressão está justificado na aspiração mediática e política que nega o conflito existente na sociedade atual”.

Como já afirmado, Marx e Engels, Thoreau e Brient, Santos e Harvey, Weor e Platão, entre outros, não escreveram as mesmas coisas, não apontaram caminhos e soluções iguais, nem sequer formularam teorias compatíveis. No entanto, o estudo de seus textos nos permitiu refletir e perceber que, enquanto houver injustiça no planeta, é preciso manter a chama revolucionária acesa, para que não nos conformemos em sobreviver, mas que busquemos a nossa utopia na Terra.

4. Considerações finais

Nos cinco meses em que ocorreram os encontros referentes à disciplina “Geografia dos Espaços Alternativos, outras possibilidades, novas esperanças”, notou-se o impacto que esses estudos causaram no grupo. A tônica de desconstruir as ideias estabelecidas para depois buscar por alternativas gerou inquietudes, muitas vezes relatadas pelos alunos.

Trabalhar com autores que seguiam linhas distintas e até mesmo contrárias contribuiu para o enriquecimento das percepções de como o mundo pode ser pensado em múltiplas perspectivas. Qual dessas é a certa? Qual é a errada? Buscou-se refutar as ideias bem-aceitas pelo grupo e, quando criticadas, procurou-se defendê-las, mantendo, assim, o debate em evidência.

Ainda que neste texto o enfoque tenha sido dado às ideias dos autores, outros aspectos também foram analisados nas aulas. Por exemplo, sempre ao estudar um livro, buscou-se a sua contextualização espaço-temporal e, com isso, percorreu-se em segundo plano por diferentes espaço-temporalidades, evidenciando que outros momentos históricos já existiram e que, assim como agora, os autores de seus tempos se insurgiram diante de uma visão pessimista e conformista da situação vivenciada e buscaram lutar por transformações.

Com estudos como a *Republica de Platão* escrita no século IX a.C., seguido pela *Riqueza das Nações* de Adam Smith publicado em 1776, *O Manifesto do Partido Comunista* em 1848, *A Desobediência Civil* em 1849 e o de autores contemporâneos foi possível observar alguns dos diferentes momentos experimentados pela humanidade.

O percorrer por essa história veio demonstrar que, ainda que o mundo continue inflado de injustiças, ele vem sendo moldado graças aos que não aceitaram as ordens das coisas assim como são. Vale ressaltar que a ideologia burguesa de agora se consolidou pautada na utopia burguesa de outrora.

Muitos foram os desafios encontrados para a transcrição da experiência vivenciada em um relato. A terceira seção, na qual se compartilhou uma parcela dos debates, apresentou uma amostra das ideias de cada livro, e o caminho para tal se deu pelo diálogo com o pensamento dos autores. Com isso, foi inevitável não imprimir um pouco do ideal utópico pessoal que se avivou no avançar das reflexões.

Em um momento histórico tenebroso, em que se percebe o desânimo dos pares intelectuais perante a imponente do sistema vigente, a Geografia dos Espaços Alternativos ecoa como um grito romântico de guerra, fincando a bandeira da esperança para lembrar a todos que, por mais impossível que possa parecer a construção de um mundo melhor, é preciso manter a posição e continuar lutando. Ela busca também a reflexão sobre a necessidade de buscarmos novas estratégias.

Assim, ainda que muitas vezes o autor deste texto tenha se sentido ingênuo em suas ideias, ele prefere ser criticado por propostas a se conformar com a inércia. A “*Geografia dos Espaços Alternativos, outras possibilidades, novas esperanças*” vem, então, para provocar as reflexões a respeito de outras possibilidades para a construção de um mundo mais justo e com a finalidade de inflamar o coração dos que possam se sentir tocados a renovar suas esperanças.

REFERÊNCIAS

- BEY, H. **TAZ**: zona autônoma temporária. São Paulo: Veneta, 2019.
- BRIENT, J.-F. **Da servidão moderna**. 2009. Disponível em: <<http://www.delaservitudemoderne.org/Documents/daservidaomoderna.pdf>>. Acesso em: jun. 2020.
- CAMUS, A. **A esperança do mundo**. São Paulo: Hedra, 2014.
- CASTRO, J. **Geografia da fome o dilema brasileiro**: pão ou aço. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- ENGELS, F.; MARX, K. **Manifesto do partido Comunista**. RokectEdition, 1999. Versão para e-book.
- FOUCAULT, M. **O corpo utópico**: as heterotopias. São Paulo: n-1 Edições, 2013.
- HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.
- HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.
- INSTITUTO PEREIRA PASSOS – IPP. DATA.RIO. **Informações sobre a cidade**. 2020. Disponível em: <<https://www.data.rio/>>. Acesso em: 24 ago. 2020.
- LACOSTE, Y. **A geografia**: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 2012.
- MORUS, T. **Utopia**. 2001. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/utopia.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2020.
- OBSERVATÓRIO DE FAVELAS – OF. **Quilombismo e lideranças femininas**: o protagonismo das favelas no enfrentamento à pandemia. 10. ed. Rio de Janeiro, 2020. (Mapa Social do Corona).
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE – OPAS. **Folha informativa COVID-19**. Escritório da OPAS e da OMS no Brasil, 2020. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19>>. Acesso em: 24 set. 2020.
- PLATÃO. **A República**. Tradução Pereira Maria H. R. 9. ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 1949.
- POLITIZE. 2021. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/>>. Acesso em: 24 set. 2020.
- RAVENSTEIN, E. G. The laws of migration. **Journal of the Royal Statistical Society**, London, v. 52, n. 2, p. 241-305, 1889.
- RAVENSTEIN, E. G. **The laws of migration**. London: Blackwel Publishing for the Royal Statistical Society, 1885.
- RIBEIRO, D. A. **Migrações para o Eixo Pelourinho Santo Antônio**. 2018. Tese (Doutorado)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 4. reimpr. São Paulo: Edusp, 2008.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- SOSA, M. As comunidades experimentais, como alternativas ao capitalismo. In: **Utopia**. 16. ed. Lisboa, 2003.
- THOREAU, H. **Desobediência civil**. 1849. Versão para e-book.

TZU, S. **A arte da guerra**. Tradução do chinês para o inglês: Samuel B. Griffith, Inglês para o português: Gilson Cesar Cardoso de Souza, Klaus Brandini, Gerhardt. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

WEOR, S. A. **A revolução da dialética**. Camanducaia: Gnosis Brasil, 2018.

WEOR, S. A. **Educação fundamental**. Camanducaia: Gnosis Brasil, 2019.

SOBRE O AUTOR

Daniel de Albuquerque Ribeiro (RIBEIRO, D. A.) Pós-doc no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, em Campos dos Goytacazes. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas de Geografia Histórica (Geohistórica).